



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS		
EVENTO: Reunião de Trabalho	Nº: 0591/13	DATA: 22/05/2013
INÍCIO: 15h09min	TÉRMINO: 16h37min	DURAÇÃO: 01h28min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h28min	PÁGINAS: 32	QUARTOS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - Consultor legislativo da Câmara dos Deputados.
ROSELI SENNA GANEM - Consultora legislativa da Câmara dos Deputados.

SUMÁRIO: Debate sobre medidas de prevenção e preparação para a convivência com a seca e de combate aos seus efeitos. Apresentação do estudo *Seca: prevenção, preparação e endividamento*.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções simultâneas. Ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Boa tarde a todas e a todos.

Queria saudar aqui o Dr. Luiz Henrique Cascelli, que é o Secretário-Executivo do Centro de Estudos e Debates Estratégicos; queria saudar os nobres Deputados João Paulo Lima e Silva, ilustre representante de Pernambuco nesta Casa do Poder Legislativo, e o nosso querido Alexandre Toledo, do querido Estado das Alagoas, representante nesta Casa, também com muito brilho, de sua terra.

Nós queríamos hoje concluir o nosso estudo sobre a convivência do homem com a seca. Depois de estudar, nessas reuniões, esse flagelo em vários países do mundo, nós chegamos à conclusão de que a seca é um flagelo que se repete, um fenômeno cíclico.

Estudos feitos na cidade de Fortaleza demonstram que, de 13 em 13 anos, há um ciclo curto de 1 a 2 anos de seca, e, de 26 em 26 anos, há um ciclo mais longo de 3 a 5 anos de seca, o que traz sempre problemas sérios, desmoronando toda a estrutura da nossa querida região nordestina. Além do mais, as perdas são muito grandes, fazendo com que a recuperação se dê somente depois de 5 a 6 anos. Agora temos a maior seca, que atinge também o norte de Minas Gerais. E está aqui conosco o um representante da região, o ilustre Deputado Jairo Ataíde, que está aqui como ex-Prefeito de Montes Claros, representando toda a região e também o norte do Espírito Santo.

Eu queria dizer que eu fiz um estudo. Depois vou passar a palavra aos ilustres consultores da Câmara dos Deputados. Vou ler uma parte desse estudo:

Após debater as alternativas existentes para o combate aos efeitos da seca que, periodicamente, atinge o Nordeste brasileiro, o Centro de Estudos e Debates Estratégicos entendeu prioritárias as seguintes medidas:

Propostas de convivência com a seca:

- capacitação e retenção de água para produção, abastecimento humano e das criações, através de construção de adutoras, de poços artesianos, de poços profundos, barragens, açudes e cisternas;

- novas tecnologias de convivência do homem com a seca: irrigação por gotejamento, introdução de plantas geneticamente modificadas para adaptação ao Semiárido, conforme indicações da EMBRAPA. A EMBRAPA fez modificações



genéticas, começando com o café, passando para a soja, depois para o feijão, o arroz, o trigo e o algodão. Modificou até a terceira geração e disse que essas plantas resistem à seca com a mesma produção, sem ter nenhuma diferença de plantas adaptáveis à nossa região, as plantas xerófilas;

- plantação de xerófila, palma forrageira e capim buffel para alimentação do rebanho;

- construção de silos para armazenagem da ração animal;

- criação de animais adaptados ao Semiárido, como caprinos e ovinos deslanados.

Aproveitamento dos recursos naturais da região:

- manejo sustentável para a produção de lenha. Trinta por cento da energia do Nordeste provém dessa fonte.

- promoção de incentivos às energias alternativas: eólica, solar, biomassas e outras. A CHESF acaba de anunciar que, em um projeto-piloto, vai utilizar a biomassa do lixo e vai produzir 1,2 megawatt. Você conhece muito do vinhoto da cana-de-açúcar, não é? Ela vai produzir 1 megawatt de energia com ele e 0,2 megawatt ele tirará de outra fonte. Então, serão 2,4 megawatts. Com um investimento de 4 milhões e meio de reais, ela espera fazer com que possamos gerar energia a partir da biomassa, que hoje se perde toda, praticamente, a não ser o vinhoto, que já está sendo utilizado para irrigação.

Experiências de outros países na convivência com a seca — países com precipitações pluviométricas em torno de 100 milímetros, como, por exemplo, Austrália e Israel.

A Austrália tem agricultura e pecuária para 100 milímetros de chuva e, em vez de plantar milho, planta sorgo, que tem o mesmo valor nutritivo e o mesmo valor comercial e dá com 100 milímetros de chuva. E lá se planta capim buffel e palma forrageira para alimentar o rebanho. É normal na Austrália regiões que chovem 100 milímetros. No Nordeste, chove, no mínimo, de 300 a 800 milímetros. Portanto, o Nordeste tem uma facilidade maior ainda para essa agricultura e essa pecuária do que a Austrália.

Financiamento da agropecuária e dos investimentos no setor com juros subsidiados.



- por estarmos enfrentando a maior seca dos últimos 50 anos, propõe-se o perdão total para as dívidas até 35 mil reais — mutuários do PRONAF, pequenos e miniprodutores — e renegociação das dívidas entre 35 mil e 100 mil reais, com subsídios. Acima de 100 mil reais, dívidas dos médios produtores, também renegociação da dívida com suspensão das execuções judiciais. O importante é a suspensão das execuções judiciais.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE TOLEDO - Essa dívida é a original?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - É a original, dispensando-se os juros e...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE TOLEDO - Não, não. Eu pergunto o seguinte: esses 35 mil... Eu não sei se seria para interromper agora ou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Podíamos colocar isso aqui também.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE TOLEDO - O valor dessa dívida é o valor original?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Vamos colocar original. *“Perdão total das dívidas até 35 mil, valor original”.*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE TOLEDO - É bom deixar isso mais explícito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - O Anexo I fala sobre isso.

O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - Deputado, está com um valor diferente o anexo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - O Anexo I?

O SR. LUIZ HENRIQUE CASCELLI DE AZEVEDO - Na verdade, o anexo traz uma outra alternativa, caso... São duas propostas que os consultores vão explicar depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Então, eu gostaria de alterar essa minha: *“Por estarmos enfrentando a maior seca dos últimos anos...”*. Coloca um ponto aqui. Aqui há é um ponto. *“Por estarmos enfrentando a maior seca dos últimos 50 anos, perdão total para as dívidas até 35 mil reais...”* — entre



parênteses —, “entre 35 e 100 mil reais, com juros subsidiados aos mini e pequenos produtores, e renegociação das dívidas acima de 100 mil, com a supressão das execuções judiciais, no valor original dos contratos”.

Pronto. Essa aqui é uma proposta que eu fiz.

O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - Desculpe, Deputado: até 35 mil reais... Como é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Até 35 mil, perdão total. Entre 35 mil e 100 mil reais, renegociação com juros subsidiados por longo prazo. Acima de 100 mil reais, para os médios produtores, com juros subsidiados também e a suspensão das execuções judiciais, tudo no valor original dos contratos.

Gostaria agora de ouvir as propostas.

Alguma dúvida? Quem tiver alguma dúvida, estou à disposição.

Quero oferecer agora a palavra aos consultores legislativos, para que possam apresentar sua proposta, a fim de sairmos daqui com uma proposta completa, porque isso não pode demorar mais.

O SR. LUIZ HENRIQUE CASCELLI DE AZEVEDO - A Dra. Roseli vai fazer um apanhado geral de tudo o que aconteceu primeiro e depois...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Está bem.

A SRA. ROSELI SENNA GANEM - Boa tarde a todos os Srs. Deputados e às demais pessoas presentes.

O objetivo desta apresentação é fazer uma sistematização do que foi discutido ao longo desses debates aqui no Centro e sistematizar também as propostas que foram feitas pelos palestrantes e pelos Deputados em relação à prevenção e à preparação da população para a convivência com a seca no Nordeste.

O que é a prevenção? A prevenção inclui as ações de planejamento e de investimento destinados a reduzir a vulnerabilidade dos ecossistemas e da população aos desastres, e também evitar... No caso, evitar a ocorrência do desastre quando se trata de seca não é possível, porque é um fenômeno natural e cíclico. O objetivo é minimizar os seus efeitos.



O que isso pressupõe? Pressupõe um monitoramento dos riscos e a capacitação econômica, social e ambiental da sociedade para enfrentar essa situação.

A preparação inclui as ações destinadas a minimizar os danos e os prejuízos do desastre.

Uma vez que se sabe que a seca vai ocorrer, quais são as ações que têm que estar preparadas para que a população enfrente a seca sem ter prejuízos muito grandes? Isso pressupõe, além do monitoramento, um sistema de alerta e uma infraestrutura de resposta adequada.

Foi muito ressaltado aqui, ao longo de todos os debates, que a seca não tem que ser um desastre. Se a sociedade estiver preparada, houver uma política de prevenção, ela pode estabelecer medidas de convivência com a seca e manter o seu bem-estar, o seu desenvolvimento econômico e social.

O Presidente da EMBRAPA fez muitas propostas, apresentou muitas ideias importantes e interessantes. A primeira que ele ressaltou muito foi a necessidade de que as instituições tenham núcleos de inteligência estratégica preparados para atender à dinâmica da inovação, a criação de tecnologias que possam ser adaptadas às diferentes situações. Ressaltou também a defasagem da agricultura familiar.

A agricultura no Brasil tem dois mundos, o mundo do agronegócio, que é um mundo desenvolvido, preparado tecnologicamente, e o da agricultura familiar, que precisa dar esse passo também no sentido de estabelecer esse mesmo patamar tecnológico.

Ele ressaltou que no Censo de 2006 detectou-se a presença de 4,4 milhões de estabelecimentos rurais no Brasil, sendo que 500 mil eram responsáveis pela geração de 86% da renda líquida do setor, e os demais por apenas 13% da renda líquida.

Para que a agricultura familiar possa dar um salto em produtividade, em produção, e contribuir com isso, é preciso que ela também alcance esse mesmo patamar tecnológico.

Ele ressaltou também os problemas do aumento da demanda de alimentos no mundo, do aquecimento global e das medidas de proteção da biodiversidade.



A biodiversidade é um patrimônio nacional que precisa ser protegido, mas isso impõe restrições ao uso do solo, à expansão da fronteira agrícola, o que cria um desafio. Como aumentar a produção na agricultura sem comprometer o uso dos recursos naturais na expansão da fronteira agrícola? Isso implica aumento da produtividade, além da redução dos desperdícios.

Especialmente, há uma grande janela de oportunidade em relação ao aumento da produtividade da agricultura familiar com a incorporação das inovações tecnológicas. Isso criaria um grande benefício para a agricultura no Semiárido.

Quais medidas precisariam ser implantadas para a verticalização da produção e o aumento da sustentabilidade agropecuária? Primeiro, um menor consumo de água, com o uso, por exemplo, da irrigação por gotejamento; a implantação de uma tecnologia desenvolvida pela EMBRAPA, que é a integração lavoura-pecuária; a substituição do rebanho de boi por animais de pequeno porte, com uma substituição gradual; a lavoura xerófila; a incorporação de plantas que também sejam adaptadas, como o Deputado mencionou no início, como o café adaptado e outras culturas adaptadas às condições de seca. Isso tudo representa um aumento da complexidade dos sistemas produtivos, o que, por sua vez, demanda muita assistência técnica. Então, como transferir essas tecnologias para o produtor?

A CNA fez um diagnóstico, dizendo que no Brasil existem 20 mil técnicos extensionistas no campo e que seriam necessários 60 mil técnicos. Então, existe um passivo de 40 mil extensionistas. Essa é uma das questões que precisariam ser fortalecidas nessa política de prevenção e preparação contra a seca.

Todos sabem que a seca é um fenômeno recorrente, um fenômeno natural, mas uma informação importante trazida pelo CPTEC é de que as secas nem sempre são fenômenos previsíveis. Elas são ocasionadas por fenômenos que ocorrem no Oceano Atlântico e no Oceano Pacífico. Às vezes, é possível, dependendo das configurações ocorridas, prever a ocorrência da seca; às vezes, não.

Então, isso gera uma questão muito importante, que é a necessidade fundamental de prevenção e de preparação da população, porque se nem sempre é possível saber, rapidamente que haverá seca, não é possível dizer que daqui a 1 ano teremos seca, então a população tem que estar preparada para enfrentar esse fenômeno.



Ele ressaltou que a previsão mais confiável é feita para, no máximo, 3 meses, e é atualizada mensalmente. E ressaltou também um problema muito sério, que é a transferência das informações da previsão para o usuário final, que seriam os órgãos estaduais, os Municípios, a sociedade.

Então, o CPTEC, o INMET, a FUNCEME produzem, geram uma informação de previsão climática, divulgam essa informação por meio de boletins eletrônicos, mas essa informação não chega, de fato, aos tomadores de decisão e à população, ou por que a informação não é vista, ou ela é vista, mas não há condições para que seja utilizada.

Assim, é necessário divulgar a informação de forma eficiente, especialmente junto aos tomadores de decisão, instituir sistemas de alerta e promover a preparação dos Estados e dos Municípios.

Outro aspecto muito ressaltado nos nossos debates foi a questão da infraestrutura hídrica, não só no tocante ao armazenamento, mas também à capilaridade. O Deputado Inocêncio Oliveira ressaltou muito a necessidade de que a distribuição horizontal seja feita por canais, por adutoras subterrâneas, porque os canais superficiais têm o problema da evaporação, da perda de água pelo caminho. Outros aspectos foram a conservação das áreas de recarga de aquíferos; a implantação e o reforço aos centros de pesquisas regionais que estejam fazendo pesquisa de convivência do homem com a seca; a integração das políticas públicas. Há muitas instituições tratando no Nordeste do Semiárido, mas elas têm sobreposição. É preciso que haja uma ação de coordenação dessas políticas e atuação institucional.

Foram destacados, ainda, o zoneamento agroclimático e o zoneamento ecológico econômico, importantes instrumentos de planejamento para dizer onde se vai desenvolver a pecuária, a agricultura, o manejo sustentável da caatinga para a produção de lenha, etc.

Foi sugerido também que nos perímetros de irrigação as áreas ociosas sejam usadas para produção de forrageiras para alimentar o gado.

E foram muito ressaltados a importância da energia solar e da energia eólica, que são abundantes no Nordeste; o manejo sustentável da Caatinga para produção



de lenha; e o fomento a atividades amigáveis às condições do Nordeste, como, por exemplo, o turismo e o manejo sustentável da biodiversidade.

E outros aspectos econômicos, que vão ser mais tratados pelo Gustavo, em seguida, seriam: recuperação econômica das áreas castigadas pela seca; solução do problema da dívida dos agricultores e dos criadores; crédito favorecido; e contingenciamento orçamentário.

Em função de haver diversas ideias, como seria possível sistematizá-las em uma medida legislativa? Uma possibilidade seria o estabelecimento de um projeto de lei com dois planos: o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Semiárida, que proporia uma estruturação econômica para a convivência com a seca, medidas de prevenção; e o Plano de Contingência para Mitigação dos Efeitos das Secas na Região Semiárida, que conteria medidas de preparação.

O primeiro deveria tratar de: infraestrutura hídrica, reforçando a necessidade de capilaridade do sistema, para que as populações difusas sejam atendidas; acesso a crédito rural, sementes e assistência técnica, com foco em todos os agricultores, mas especialmente nos agricultores familiares; desenvolvimento de tecnologias apropriadas, com sistemas de irrigação por gotejamento, lavoura xerófila, criação de animais de pequeno porte; institutos de pesquisa regionais; sistema de extensão rural; e capacitação tecnológica. Tudo isso poderia ser contido nesse Plano de Desenvolvimento Sustentável, uma política de preparação da região para suportar a seca.

Esse plano contemplaria ainda as seguintes medidas: conservação da Caatinga, das variedades tradicionais da agricultura brasileira e de raças de animais adaptados à aridez e ao solo locais; e cooperação científica e tecnológica internacional no que se refere às experiências de convivência com a seca.

O plano de desenvolvimento também poderia fomentar os arranjos produtivos locais, com aproveitamento sustentável da biodiversidade e produtos madeireiros e não madeireiros; a produção da lenha a partir da Caatinga, para fornecimento de energia às famílias; e o fomento à produção de energia solar e eólica.

Já o Plano de Contingência para Mitigação dos Efeitos das Secas na Região Semiárida contemplaria: a definição de um sistema de disseminação de informações para previsão climática — como eu disse, a informação é produzida, mas é preciso



um sistema para disseminá-las para os tomadores de decisão —; o sistema de alerta; a garantia de segurança hídrica em caso de ocorrência de seca prolongada; o sistema de atendimento emergencial à população em relação ao abastecimento de alimentos e ao atendimento médico-hospitalar; medidas de recuperação econômica e social das regiões atendidas; e outras que sejam consideradas necessárias e que poderiam ser discutidas aqui.

Essas medidas todas poderiam ser objeto de um projeto de lei autônomo ou de uma emenda a um projeto que está no plenário, pronto para pauta, que é o Projeto de Lei nº 2.447, de 2007, que é oriundo do Senado Federal e que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. Então, essas medidas poderiam ser inseridas nesse projeto como uma emenda, e a vantagem é que esse projeto já está no plenário para ser apreciado.

Seria isso.

Com relação às questões da dívida, eu passo a palavra para o Gustavo.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Parabéns!

O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - Boa tarde a todos. Minha apresentação vai se circunscrever à questão do endividamento rural.

Bem, a apresentação está dividida basicamente em dois tópicos: o primeiro trata de formas alternativas de atuação parlamentar em prol da solução da questão; o segundo, de proposições legislativas propriamente ditas.

Com relação à atuação parlamentar, a sugestão aqui é que se atue perante o Poder Executivo no sentido de cobrar a efetiva criação da já anunciada Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Grande parte das dificuldades dos agricultores tem sido debitada à falta dessa assistência técnica no Nordeste.

O segundo ponto seria a cobrança também da difusão pelo serviço público de assistência técnica, das tecnologias desenvolvidas pela EMBRAPA voltadas para a convivência com a seca. Especialmente no que se refere à EMBRAPA do Semiárido, em Petrolina.

O terceiro ponto seria a garantia de recursos orçamentários na assistência técnica. Os recursos até hoje são poucos e insuficientes para a demanda existente. Esse é um assunto que está no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário.



Teria que se fazer um entendimento com eles e não só lá, mas aqui também no Congresso, no momento da elaboração da lei orçamentária. A sugestão é que seja dada uma atenção maior para os recursos destinados a essa rubrica.

Outra atuação seria no sentido da cobrança da recuperação, ampliação e criação de novos projetos de irrigação. Mas esses projetos buscando a integração dessas políticas com as outras políticas públicas voltadas para a convivência com a seca.

A quinta e última sugestão de atuação parlamentar seria no sentido de discutir, especialmente com o Ministério de Desenvolvimento Agrário e talvez com o Ministério da Integração Nacional, a adequação das condições habitualmente incidentes sobre financiamentos rurais concedidos a agricultores que desenvolvem suas atividades no Semiárido. A legislação permite que esse público receba financiamentos em condições diferenciadas. De certa forma essas condições já são diferenciadas. A questão que se coloca é: será que estão sendo diferenciadas o suficiente, de tal modo a compensar as restrições adicionais com que esses agricultores operam? Essa a pergunta, essa a questão. E é uma questão que tem de ser discutida, tem de ser investigada. Não é no curto prazo que se acha qual é a solução.

Vencida essa primeira parte, vamos para questão da proporção legislativa. Esse *slide* aqui já está superado, em razão da proposta apresentada pelo Deputado Inocêncio no início desta reunião. Então, o que o Deputado abordou é que seriam perdoadas as dívidas de até 35 mil e não 100 mil como constam dessa lâmina, e de 35 mil a 100 mil seriam renegociadas em condições favorecidas, juros subsidiados. Pode se pensar em juros em torno de 3% ao ano, um prazo de pagamento dessas dívidas em torno de 10 a 15 anos.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - Até 35 mil para todos. Seriam dívidas de até 35 mil reais. Valor original. Se a dívida for superior, ela não se enquadra aqui.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - Seriam dívidas de até 35 mil reais.



(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - Valor original: dívida de até 35 mil reais. Se a dívida for superior, ela não se enquadra aqui.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - As dívidas de 35 mil a 100 mil reais seriam renegociadas em condições favorecidas. E quando falamos em condições favorecidas referimo-nos a taxas de juros, em prazo de pagamento e, quem sabe, dependendo do caso, em bônus pela adimplência. Ou seja, pelo pagamento das parcelas feito até a data de vencimento de cada parcela.

Acima de 100 mil reais, pela proposta apresentada aqui, seria alguma coisa semelhante em termos de prazo, mas em condições um pouco diferentes. Talvez o prazo seja o mesmo, mas os juros um pouco maiores, 5%.

(Não identificado) - Será que não dava para incorporar todos no teto até 35 mil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Vamos ouvir e depois vamos tomar uma decisão.

O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - Haveria necessidade de uma diferenciação das dívidas superiores a 100 mil reais. Essa diferenciação, em geral, é feita na taxa de juros ou na incidência ou não desse bônus de adimplência.

A próxima lâmina trata também de proposição legislativa. Atualmente encontra-se sob avaliação na Comissão destinada a avaliar a Medida Provisória nº 610, de 2013. Essa medida provisória eleva os valores do Garantia-Safra, que é concedido ao Nordeste por questões de seca e perda da produção, adota mais algumas providências e os últimos artigos dessa medida provisória trata de *(falha na gravação)*.

Em artigo da medida provisória insere-se o art. 70-A na Lei nº 12.249, que prevê, no âmbito do PRONAF, das operações do PRONAF, contratados dentro da área de abrangência da SUDENE, em Municípios prejudicados em razão da seca, a concessão de rebate. Esse rebate varia de 75% a 85% do saldo devedor. É significativo. Mas destina-se somente a quem liquidar a dívida. Ou seja, somente



para aqueles que, a despeito das dificuldades da seca, ainda assim disponham de recursos para liquidar a dívida. Se eles liquidarem essa dívida até 30 de dezembro de 2014, terão um rebate de 75% a 85% — 85% na área do Semiárido, 75% no restante da área da SUDENE.

A abrangência dessa medida na MP só permite esse rebate em operações contratadas até 31 de dezembro de 2006. Operações contratadas de lá para cá não podem ser liquidadas com esse debate.

(Não identificado) - Essa proposta foi baseada em quê? No estudo? Porque em algumas situações as famílias foram totalmente destruídas, sem condições nem de recomeçarem.

O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - Na verdade, essa aqui não é a proposta; é como está na medida provisória. A proposta vem a seguir.

Uma sugestão é ampliar essa data de 31 de dezembro de 2006 para até 30 de novembro de 2011, data-limite de contratação das operações a serem beneficiadas pela medida. Ou seja, pode-se liquidar com direito a esse rebate operações contratadas até 30 de novembro de 2011, que, grosseiramente, é o início do período da seca.

Então, essa sugestão, se for entendida como razoável, teria que ser encaminhada ao Relator da Medida Provisória nº 610, Senador Eunício Oliveira. Quando tramitar na Câmara dos Deputados, o Relator-Revisor é o Deputado Paulão.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - Essa medida, na medida provisória, está restrita ao PRONAF/SUDENE/seca.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - Não há nada que impeça poder, mas a questão aí é orçamentária, é o custo da medida, se o Governo vai ter recursos ou não para arcar com isso.

O SR. DEPUTADO JAIRO ATAÍDE - Há devedores que estão enquadrados nessa faixa do perdão, mas que não estão no PRONAF, não são pronafianos. Então, por que o pronafiano vai ser beneficiado e o outro que deve o mesmo tanto não goza do mesmo benefício? Essa é a preocupação dele, e eu acho legítima.



O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - Uma alternativa é talvez suprimir a menção ao PRONAF e colocar agricultor familiar. Isso pode gerar um problema também, porque a Lei da Agricultura Familiar define o que é agricultura familiar e, se não me engano, pula a adequação de aptidão ao PRONAF. Podemos colocar mini e pequeno produtor então, alternativamente.

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - *(Ininteligível)* da empresa com faturamento até um determinado limite. Nas cidades, dentro dessa área de abrangência, eles poderiam ser contemplados também, porque o comerciante vive muitas vezes do que a agricultura familiar produz. Se ele vende, ele arrecada e vai comprar do comércio. O comércio também se viu prejudicado bastante por isso. Então, eu proponho que se abranja o setor urbano. Que se mantenha o PRONAF, mas abranja o setor urbano, comercial, industrial, agroindústria.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE TOLEDO - Qual o montante desse débito?

O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - Não tenho essa informação. O montante da dívida? *(Pausa.)* Não é fácil, não.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE TOLEDO - Isso deve ter sido levantado, para o Nordeste todo e Minas também.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - A maior parte do débito se refere às dívidas de investimento. Há as safras, mas arrisco dizer que 70%, se não mais, referem-se a dívidas de investimentos rurais.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE TOLEDO - O Deputado João Paulo Lima está saindo, mas é interessante registrar o que ele colocou aí, porque quando se limita o perdão a até 35 mil, aquele que deve 40 mil já não tem mais direito ao perdão, paga 100%. Salta-se logo dos 35 mil e só se visualiza os 100 mil. Há um intervalo aí. Então, a proposta feita é de todos serem perdoados até 35 mil e dali para frente entra a renegociação. E generalizar *(ininteligível)* o crédito rural. Dívidas até 35 mil reais serão perdoadas...

O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - Deixe-me ver se entendi. Quer dizer que, então,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - *(Ininteligível.)* É porque é o índice dos pronafianos.



O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Trinta e cinco mil é para os pronafianos. Por isso se colocou 35 mil.

Acima de 35 mil já foge da esfera dos pronafianos e dos minis. De 35 mil até 100 mil são os pequenos produtores, acima de 100 mil são os médios produtores.

O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - O saldo médio dos devedores do PRONAF está abaixo dos 35 mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - É uma pena.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE TOLEDO - É que esse critério para os pronafianos... Às vezes, se a pessoa bate na trave, ela deixa de ser. É um detalhe. Às vezes até um ambiente de produção é igual, mas a pessoa deixa de ser pronafiana por ser mais eficiente, por fugir do limite. Ou seja, é penalizado por conta da eficiência. Teve sucesso, deixou de ser. Então, todos os que estão pensando em aumentar a produtividade perderão os benefícios de pronafianos.

Isso precisa ser discutido, Sr. Presidente. Qual o critério para ser pronafiano?

O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - Aqui são 35 mil de saldo devedor e não de renda.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE TOLEDO - Eu sei. É outra discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Vamos continuar. Depois falamos sobre isso.

O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - Também com relação à Medida Provisória nº 610, seu art. 9º altera o art. 5º da Lei 12.716, que cria linha de crédito rural para liquidação de operações de crédito rural. Ou seja, se se é agricultor e tem várias operações de crédito rural e não tem como pagar, a alternativa oferecida é acessar uma linha de crédito para utilizar esses recursos e liquidar as demais operações que se está carregando.

Segundo, no texto da medida provisória, a linha de crédito, com recursos do FNE e FNO, destina-se à liquidação, até final de 2014, das operações de crédito rural.

Quais são as operações que poderiam ser liquidadas? As contratadas até 30 de dezembro de 2006, com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, do



FNE, do FNO ou das instituições financeiras federais, independentemente da fonte de recursos.

Qual a sugestão de modificação desse texto da medida provisória? Ampliar o rol de operações beneficiadas de 30 de dezembro de 2006, contratações até 30 de dezembro de 2006, para até 30 de novembro de 2011, que é, grosseiramente, o início do período de seca. Ampliar de 100 mil reais, que é o limite vigente, para até 150 mil reais, o valor original das operações que podem ser liquidadas com esse novo empréstimo. Ampliar de 200 mil reais para 300 mil reais o limite de crédito por beneficiário. O agricultor poderia pegar até 300 mil reais para liquidar dívidas de até 150 mil reais. No limite, ele teria duas dívidas de 150. Então, ele quitaria com os 300. Ampliar de 30 de junho de 2012 para 31 de dezembro de 2012, são apenas 6 meses, a data limite em que as tais operações podem figurar como em situação de inadimplência. A condição para a obtenção dessa linha de crédito é que em 30 de junho de 2012 essas operações já estejam em situação de inadimplência, ampliando isso para o final do ano passado. Ampliar de 15% para 30%, no caso do Semiárido, e de 10% para 20%, nas demais regiões da SUDENE, o rebate sobre o principal de cada parcela paga até a data do vencimento. Mas isso só é válido para operações de até 35 mil reais.

Uma terceira e última sugestão, que de certa forma caminha em sentido contrário ao apresentado pelo Deputado Inocêncio Oliveira, refere-se à remissão das parcelas vencidas ou vincendas das dívidas rurais em 2012, 2013, 2014. Ou seja, parto do princípio de que, em razão da seca iniciada no final de 2011, os agricultores não tiveram como quitar suas parcelas de 2012, 2013 e 2014.

Então, aí vem a remissão, ou seja, o perdão das parcelas, não da dívida integral, de dívidas renegociadas ou não. Mesmo que a dívida tenha sido renegociada no ano passado, ela estaria qualificada a esse benefício, desde que as operações tenham sido contratadas até 30 de novembro de 2011. Essa é uma proposta alternativa daquela inicial.

São essas as contribuições.

Obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Gostei muito da apresentação dos consultores do Conselho, mas tenho algumas dúvidas a apresentar.

Em primeiro lugar, acredito que foi fundida a convivência com a seca com a assistência que deve ser proporcionada nesse momento de grande seca, a maior dos 40 ou 50 anos, segundo os técnicos.

Os senhores apresentaram propostas importantes para a convivência, sobretudo com a extensão rural, com a assistência técnica rural e também com outras convivências com a seca.

As duas leis que estão sendo discutidas, a MP 610, que dispõe sobre as dívidas, e o PL 2.447, do Senado Federal, que trata, sobretudo, da diversificação, referem-se à convivência do homem com a seca.

Então, gostaria de fundir as propostas. Não sou o dono da verdade, mas acho que há coisas muito positivas, e poderíamos fundi-las. Eu gostaria de concluir isso.

Gostaria que se distinguisse o que é assistência agora. Por exemplo, essa parte principal da renegociação das dívidas, perdão das dívidas etc. é para assistência nesse momento e não definitivamente, porque seria uma contradição. Se nós estamos dizendo que o homem vai ter condições de viver no Semiárido, convivendo com a seca, por que vamos continuar pedindo a vida toda?

Essa proposta de se estender até 2014 as propostas vencidas ou vincendas é muito importante, sobretudo, porque a recuperação da região vai ser de 5 a 6 anos. No ano passado houve seca e este ano também. É o segundo ano de seca.

Também poderíamos tratar de casos específicos. Por exemplo, perímetros irrigados, vales, setor canavieiro, que no Nordeste é muito forte.

Gostei também da inclusão do turismo, que é uma fonte geradora de renda e emprego. Por exemplo, na minha terra natal, Serra Talhada, no Alto Sertão, a 420 quilômetros de Recife, para o turismo temos a vida de Lampião. Lampião foi um bandoleiro do Nordeste, mas também uma figura muito evidente. Ao Nordeste, vai muita gente fazer visitação. Temos até um festival de xaxado, dança inventada por Lampião, Virgulino Ferreira da Silva. E agora vai haver uma peça chamada *A Morte de Lampião em Angicos*, quando ele morreu naquela gruta, envenenado. Depois cortaram a cabeça dele, de Maria Bonita e outros.



A 30 quilômetros de Serra Talhada há a cidade de Triunfo, que tem o melhor clima do Estado. Eu a comparo com Ouro Preto. Essa cidade é a mais alta de Pernambuco e tem o ponto mais alto, o Pico do Papagaio, que está a mais de 1.100 metros de altitude. Triunfo tem um clima seco e frio, é uma região muito boa, produtora de cana-de-açúcar, de rapadura, de cana por alambique, e também um ponto turístico. As casas são lindas. Há um hotel com 140 leitos e vários auditórios para conferência. Há um teleférico ligando a cidade até esse hotel. Então, é um ponto turístico muito importante.

Existem muitas cidades no Nordeste que poderiam ser ponto turístico. Então, gostei muito do turismo como fonte geradora de renda e emprego, como convivência do homem com a seca. Por isso, acho que deveríamos distinguir entre dois momentos: assistência, no momento de calamidade, e convivência. Sem falar mais nesse problema. No momento de calamidade, faríamos também renegociações.

Inclusive, nas propostas, gostei muito de estender o prazo dos contratos de 31 de dezembro de 2006 para 31 de dezembro de 2011, porque 2012 já deve ter um tratamento especial, por conta da seca que houve e pela seca deste ano.

Gostei muito do trabalho. Acho que a fusão do nosso trabalho com o trabalho apresentado poderá dar um trabalho extraordinário, o melhor já feito sobre a seca, sobre a convivência do homem com a seca. Agora, é importante também tratar, neste momento, dessa calamidade.

O que vamos fazer com o homem que vai passar 6 anos sem ter essa estrutura completa, que tem a estrutura toda desmoronada? Precisamos dar assistência a esse homem, para que ele possa se recuperar o mais rapidamente possível e atuar para ter convivência com a seca.

Acho que o momento foi muito importante, e nós podemos fornecer um documento que vai ser fundamental, o mais completo que já houve contra a seca.

Queria saudar o nosso colega Leonardo Gadelha, que muito nos honra com sua presença. Na sessão transformada em Comissão Geral, ele apresentou um trabalho muito bom, falando nos quatro eixos. Eu incluí até cinco eixos.

Passo a palavra, agora, ao ilustre Deputado Alexandre Toledo.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE TOLEDO - Quero parabenizar pela apresentação e fazer algumas considerações.



Primeiramente, gostei muito deste foco de trabalhar a rusticidade que lá existe, sem inventar. Quando você fala sobre a segurança hídrica de alguns... Porque o nosso Presidente falou muito sobre a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar, em Alagoas, sofreu muito com a seca, mas se pode dizer que 70% da plantação não morreu não porque foi feita irrigação, mas porque foi feita “molhação”. Foi a salvação, aquela água que não deixa morrer. Ela faz um diferencial muito grande em culturas de ciclos mais longos.

Às vezes, pega muito sol na irrigação, na sua plenitude. Para a irrigação, na sua plenitude, quando se vai tratar de agricultura familiar, há uma dificuldade de qualificação das pessoas. Nem todos estão preparados. Para a irrigação ter um retorno é preciso aplicar tecnologia. Nem sempre são pessoas preparadas para absorver essa tecnologia. Às vezes, uma simples “molhação” salva a cultura, e ela espera a chuva chegar.

A nossa palma, por exemplo, tem morrido. Se ela não tivesse morrido, estaria se segurando; o que foi cortado, brotaria; e ela estaria viva se tivesse lá o cheirinho da água. Não sei se foi a essa segurança que vocês se reportaram quando fizeram esse trabalho.

Foi falado aqui também sobre a estruturação da Assistência Técnica e Extensão Rural — ATER e na proposta financeira, se trabalhar o orçamentário. Acho que para convivemos com a seca e dar um apoio a estes pequenos agricultores, aos agricultores familiares, é preciso levar a eles tecnologia, tornar aplicável essas pesquisas realizadas pela EMBRAPA e por outras instituições. A ATER não pode ser interrompida, nem a pesquisa. Ela precisa ter continuidade e convivência. O extensionista tem que viver aquele ambiente. Ele não pode viver de emendas orçamentárias nem de momentos orçamentárias. Tem que ser programas de ATER. Eu acho que deveria haver o SUS da ATER, com financiamento continuado; do contrário, não se vai estruturar a ATER.

Então, eu queria apresentar isso como uma proposta, que não fosse de maneira generalizada, mas pelo menos no Polígono das Secas, onde se sofre mais.

Outro debate que tivemos aqui e não apareceu nessa proposta, seguindo essa mesma linha da ATER, é o que diz respeito à EMBRAPA. Ele disse que tem também que sair, sendo complacente, das emendas dos Parlamentares. Pesquisa



não pode ficar refém de emenda parlamentar. Ela tem que ter uma continuidade, tem que ter um financiamento garantido. Há pesquisas que levam 4, 5, 10 anos para serem concluídas. Se parar no meio, se acaba com tudo o que foi feito. Também nessa linha da EMBRAPA, para que vissemos como ter segurança do financiamento. Como estamos discutindo o Polígono das Secas, que seja para essa região da seca.

No que diz respeito à liquidação de dívidas, quem liquidá-las até 30 de dezembro de 2014 terá abatimentos de 75% a 85%, mas há determinadas atividades que não vão ser recuperadas.

Por exemplo, em Alagoas começou a chover agora. Quem plantar o milho ou o feijão, de repente, pode ter uma safra e ter receita. Mas quem vive do leite não vai recuperar daqui para o ano. Quem tem a palma não vai recuperar daqui para o ano. São atividades totalmente diferentes. Sei que não é fácil, não há maneira de extinguir isso, mas são atividades em que a recuperação é de mais longo prazo. Há pessoas que perderam 50% do rebanho e no que restou não existe prenhez. Não há condições de ele pagar nada para o ano!

Não sei se haveria uma forma de haver esse diferencial de atividades, mas, como um todo, acho que a proposta está bem interessante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu também gostaria que incluíssem a mandioca. A mandioca é muito importante, porque ela é xerófila e serve também como alimentação para o gado. Aquele 0,2 *megawatt* que eu falei, da biomassa, é sobretudo manipueira, aquele ácido sulfídrico tirado da mandioca.

Sabem quanto está custando 1 quilo de farinha de mandioca em Brasília? Dez reais! Dez reais 1 quilo. Um saco de 50 quilos de mandioca custa 500 reais. E ela tem grande valor econômico para a região e para a alimentação do rebanho.

Passo a palavra agora para o Deputado José Linhares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Meu Presidente e nossos assessores, primeiro quero parabenizá-los pela exposição, que foi muito rica. Naturalmente, depois vocês vão dar esse trabalho para os nossos gabinetes.

Sr. Presidente, eu gostaria de citar um problema que me foi apresentado na última vez em que estive no Ceará, na semana passada.



Alguém que queira renegociar dívida tem que fazer a renegociação através do sistema jurídico do banco, que não é próprio do banco, é terceirizado.

Eu vou lhe dar o exemplo de um cidadão de uma região chamada Guaraciaba. Ele devia, em 2006, 35 mil reais e quis renegociar a dívida. Quando ele foi olhar a dívida dele, estava em 350 mil reais. O setor jurídico cobrou 10% não sobre os 35 mil, mas sobre os 350 mil, ou seja, 10% sobre o valor acumulado. É altíssimo! Se no rebate, que tem que passar pelo setor jurídico, o setor jurídico continuar com essa taxa de honorários, será impossível fazer o pagamento, porque passar 10%...

Eu fui com ele até o banco, que lhe disse que isso não dependia dele, dependia simplesmente do setor jurídico, que é terceirizado. E os terceirizados estão cobrando 10%, não do que foi acordado, mas do acumulado, com juros, correção, multas etc.

Seria interessante nós colocarmos a isenção do processo jurídico, retirar de lá essa taxa de honorários, porque essa é uma taxa exorbitante. Pouquíssimos escritórios, a não ser os grandes, cobram essa taxa, mas para um pequeno agricultor do PRONAF...

Depois de um período de seca, ele fez um esforço para levar 30 mil reais, pensando que se credenciaria a ter novos empréstimos, mas quando chegou lá... Ele me pediu que eu fosse com ele, e eu fui. Chegando lá, a dívida, que era de 35 mil, passou a ser de 350 mil. E em relação aos 30 mil, o advogado disse: *"Isso é pouco, nós não fazemos. Você está devendo 35 mil."* É um absurdo!

Então, seria bom nós colocarmos na medida provisória a eliminação dessa cobrança jurídica dos que porventura querem renegociar a dívida.

O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - Pela oportunidade, posso esclarecer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Pois não, ilustre consultor Gustavo.

O SR. GUSTAVO ROBERTO CORRÊA DA COSTA SOBRINHO - Na verdade, não foi dito, mas na proposta consta que a dívida vai ser atualizada pelos encargos normais, como se o devedor não fosse inadimplente. Aí excluímos multas, juros de inadimplência... O caso que o senhor aponta é diferente, é quando a dívida



já está em execução, o banco já está cobrando judicialmente. Aí é um caso mais complicado, porque os bancos são muito reticentes em abrir mão desse direito deles.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Mas ele não têm condições de equacionar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - É mais fácil propor a retirada das execuções judiciais do que pedir o perdão dos advogados, porque essa é apenas uma parcela. Ao retirar as execuções judiciais se facilita toda uma negociação, enquanto ao apenas dispensar os juros só se retira uma parcela. Propor a retirada de todas as execuções judiciais, para propiciar novas negociações.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Todos os que aderirem ao plano novo seriam considerados adimplentes. Então, não haveria nenhuma parcela desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Tem a palavra o ilustre Deputado Jesus Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - Como ex-bancário que fui — que sou, aliás —, esta questão da cobrança judicial é uma regra. O que eu compreendo é que, da forma como foi mencionada pelo Deputado José Linhares, a cobrança está sendo feita de maneira errada. Tem de ser com base na dívida inicial, e não depois de apurar tudo. Isso, não; é um erro. Essa cobrança leonina deveria realmente ser até condenada pela OAB, pela forma como está sendo feita, e o banco mesmo deveria ser alertado sobre essa forma de cobrança.

Quanto à questão do trabalho, eu acho que foi muito superficialmente citada a questão da segurança hídrica, ou seja, não há como nós darmos condições de convivência com o Semiárido se nós não pensarmos em colocar água lá, via adutoras, transposições, barragens, barragenzinhas, açudes, barreiros, barragens subterrâneas e por aí vai, com todas as técnicas de que dispusermos. Então, seria preciso conseguirmos entrar um pouco mais nesta questão da segurança hídrica.

Quanto à questão dos perímetros irrigados, eu estou aqui com a minha equipe de advogados, o pessoal do gabinete, elaborando um projeto de lei que tem uma parte que passa por esse assunto. Nós temos hoje perímetros irrigados tanto do DNOCS, que hoje está em situação de fragilização e de recuperação, de



resgaste da sua função, quanto da CODEVASF. São perímetros irrigados com grandes áreas ociosas. Essas áreas poderiam servir para a produção de forragem.

Então, imediatamente, por uma ação de governo, nós poderíamos conseguir a liberação de áreas desses perímetros, para que as Prefeituras ou o Estado pudessem lá produzir e inclusive receber recurso para a produção e, se for o caso, para repasse, por venda a preço de custo, para os agricultores, ou qualquer outro tipo de apoio da Prefeitura ou do Estado para a produção das forragens.

Além da questão da abertura desse campo, eu estou propondo que o Governo Federal abra um programa de incentivo, de apoio, para que todas as Prefeituras ou Estados busquem recursos para comporem esses campos irrigados nos Municípios. E onde não tem, é claro, campo irrigado do DNOCS, da CODEVASF ou de qualquer outra empresa pública, que nós possamos constituir em cada Município um campo.

Como se vai irrigar se não existe água? A questão da segurança hídrica passa por isso. Mas é este aspecto, é esta ampliação que eu estou dando ao que foi citado aqui: a questão dos perímetros irrigados que estão ociosos e poderiam ser utilizados pelas Prefeituras e pelos Estados. Mas que a União permita que os Estados façam adesão a um programa que crie campos de irrigação.

Nós temos conhecimento aqui, todos nós sabemos, que em secas anteriores morriam pessoas de fome e de sede. Acho que nosso Deputado Inocêncio viu isso mais de perto, pelo menos contado por seus pais ou avós. Eu ouvi isso também.

Então, hoje nós estamos vendo, a céu aberto, a morte de animais. Não dá para aceitarmos que morram animais. É uma questão de vontade política também. Se não morre mais gente, por vontade política e ações assistenciais do Governo, Programa Bolsa Família etc., então, não há razão para morrer animais.

O último número que eu tinha era 40% do rebanho do Piauí, meu Estado, principalmente da agricultura familiar. E foi um índice muito maior. É um empobrecimento a olhos vistos. Vai ser apurado pelo IBGE, com certeza, este empobrecimento da nossa região por conta de perda de animais. Não há por que perder animais se temos tecnologia suficiente para fornecer forragem para esses animais.



Por fim, na questão dos benefícios aos agricultores familiares, aos produtores rurais, seria bom pensarmos que as pessoas das regiões urbanas também são afetadas pelas secas, o comércio. Então, poderíamos abrir um pouco o leque para contemplar os pequenos comerciantes ou pequenas indústrias enquadradas em certo nível de faturamento — não uma microempresa, que fatura até 300 mil reais por mês, o que dá 3 milhões e 600 mil reais, mas os níveis anteriores, o micro e o empreendedor individual, mesmo que eles sejam urbanos, mas que possam ter algum benefício se forem da área afetada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Jairo Ataíde.

O SR. DEPUTADO JAIRO ATAÍDE - Quero, inicialmente, parabenizar o Deputado Inocêncio Oliveira, que, com experiência, com conhecimento, coordena este trabalho. Agradeço à Roseli e ao Gustavo a apresentação que fizeram.

Aqui foi dito, aliás, foi repetido o que todos já sabíamos: seca se combate com água. O Deputado Jesus acaba de afirmar isso.

Gostei muito quando ouvi a Profa. Roseli dizer que é preciso uma estruturação econômica do Nordeste, que só assim vamos resolver o problema da seca.

Eu gostaria de convidar todos a irem a Janaúba, no norte de Minas Gerais, conhecer a Barragem Bico da Pedra, uma região pobre, esquecida, que foi inteiramente transformada com uma simples barragem. Uma barragem voltada para a economia, que atendeu pequenos, médios e grandes produtores e atraiu empresas. Uma barragem estruturada, permitindo arranjos econômicos para os pequenos, atraindo indústrias, muda totalmente uma região.

Não há nenhuma possibilidade, é sonho quando falam assim: *“Eu gostaria de ter uma indústria na minha terra”*. Ora, uma indústria onde não tem nada! Uma indústria se instala onde tem consumidor, onde tem matéria-prima. Nessa região do Nordeste que não oferece nada, ela vai ter o quê? A única maneira de começarmos a mudar isso é através da estruturação econômica, sim, e isso passa pelas barragens.

O Governo deveria ser obrigado a investir em barragens em toda esta região do Polígono das Secas permanentemente, e não da forma como está. Na minha



região existe a Barragem Bico da Pedra, que foi feita há quase 40 anos. Não tem mais nenhuma. Fala-se em Barragem de Jequitaí, barragem de não sei o quê, mas nunca saem do papel. Elas precisam sair do papel, é isso o que vai mudar, de fato, as condições do povo de uma região.

O que precisamos mais do que isso? Só a barragem resolve? Não, é necessário ter assistência técnica, ter crédito subsidiado, de acordo com as condições da região, distâncias e tudo mais; e é necessário também investir em educação. Falo muito em investir em universidade, porque é ela que leva o conhecimento, que segura a pessoa no local, que estimula, que busca a criatividade, que busca soluções.

As universidades nessas regiões seriam um grande *plus*, uma grande vantagem. Haveria lá estudantes convivendo com esse sofrimento, com essa situação, e procurando caminhos para encontrar soluções definitivas.

Eu acho que a seca se combate com água, e água nós temos que fazer.

O Prof. Inocêncio observa muito bem que temos que nos preocupar com a água para beber. Temos, sim: água para beber, pequenas adutoras, cisternas, outros meios que temos que utilizar. Isso apenas faz parte. No momento em que dermos condições ao homem de ganhar dinheiro, ele mesmo vai encontrar suas próprias soluções para o abastecimento da família.

Quanto ao crédito, que é outro ponto, falam que a região foi prejudicada, o pequeno, o pronafiano etc. Não apenas o pronafiano foi prejudicado. O Deputado Jesus destaca aqui com muita propriedade que até o comerciante foi prejudicado, e eu não diria só o comerciante, também os profissionais liberais, todo o povo que vive nessa região é prejudicado.

A seca no norte de Minas este ano promoveu um esvaziamento de mais ou menos 70% do rebanho. Quanto custa recompor isso? Qual é o tempo que nós vamos levar para recuperar essa situação? Ou morreu ou foi vendido a preço vil. Os bezeros que há 1 ou 2 anos custavam 700 ou 800 reais estão sendo vendidos hoje por 300, 350. Vai lá um paulista e leva tudo!

A região empobreceu. Eu não vejo como não estender benefícios ao pequeno, ao médio e ao grande produtor. Eu acho que nós focamos muito no pronafiano, um valor pequeno. Ora, de que adianta levar todo mundo para a



execução? Execução não é caminho e não resolve. Nós sabemos que aquele produtor não foi o culpado por essa situação, porque a seca está aí, para todo mundo enxergar.

Eu entendo que nós temos que levar benefício também ao pequeno, ao médio e ao grande produtor, independentemente de ser pronafiano, da agricultura familiar, porque esse homem também precisa de estímulo; até porque, Deputado Inocêncio, se nós não assistirmos esse tipo de empresário ou de empreendimento, a tendência do Nordeste é esvaziar, é piorar ainda mais. Se eu não estou encontrando apoio aqui, eu prefiro ser menor em outra região a continuar aqui perdendo todo ano, quase todo ano ou de vez em quando. Eu preciso ser assistido, mesmo sendo maior, porque é a condição que eu cobro e reclamo para continuar sobrevivendo, gerando empregos e ajudando a região.

Essa é a minha observação.

Parabéns, Deputado Inocêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JAIRO ATAÍDE - Parabéns para os Deputados que aqui estão colaborando, participando, discutindo, trazendo sua experiência e conhecimento para buscar solução para os problemas da área do Polígono das Secas.

Eu gosto sempre de falar que, quando se fala em Polígono das Secas, se fala muito do Nordeste e se esquece da minha região, que o Deputado Inocêncio conhece bem. Eu digo até que na nossa região nós nos chamamos de “baianeiros”, metade baianos, metade mineiros, porque os hábitos, a cultura, o solo, tudo é igual ao que há no Nordeste. A seca e o sofrimento também, mas a região está sempre sendo esquecida — agora, não, porque está em áreas da SUDENE etc. —, como se fosse uma região diferente. Não é à toa que ela está no Polígono das Secas. As condições da região são idênticas às do Nordeste, com o sofrimento que o Nordeste experimenta.

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - O Polígono das Secas é área da SUDENE?



O SR. DEPUTADO JAIRO ATAÍDE - O Polígono das Secas coincide com a área da SUDENE. Pega um pedaço do Espírito Santo também. O Vale do Jequitinhonha, norte de Minas, minha região, e parte do Espírito Santo.

Quando se fala em Nordeste e benefícios, é preciso sempre pensar nessa região porque, apesar de estar no Sudeste, ela tem prejuízos.

Agora mesmo estão discutindo as condições para emancipação de Municípios. Ora, eu sou a favor da emancipação para valer, porque eu vi o que aconteceu com os distritos abandonados na minha região quando passaram a ter uma administração própria. Aliás, nós assistimos no Tocantins, nós assistimos no Mato Grosso o que aconteceu, como mudaram essas regiões. Então, eu defendo mesmo, porque eu acho que ali vão surgir líderes, que vão dialogar não mais com o Vereador, vão dialogar com o Governador.

Eu estou dizendo isso, Deputado Inocêncio, tomando mais um tempinho aqui, para destacar que a minha região está de fora porque no Nordeste, para emancipar, a região precisa ter 5 mil habitantes; no Sudeste, que é a minha região, precisa ter 7 mil. Outra vez nós ficamos desiguais, e é sempre necessário raciocinar de forma igual para podermos beneficiar todos os que necessitam neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Leonardo Gadelha.

O SR. DEPUTADO LEONARDO GADELHA - Sr. Presidente, nobre Deputado Inocêncio Oliveira, permita-me cumprimentá-lo pela iniciativa, cumprimentar os nobres pares e o corpo técnico da Câmara.

Quero, inicialmente, apresentar minhas escusas, porque não pude assistir à apresentação dos consultores legislativos. Em função disso, é possível que eu seja redundante em alguns aspectos que quero tangenciar.

Quero fazer três comentários muito tópicos. O primeiro diz respeito à questão da segurança hídrica.

Eu sou oriundo da Paraíba, Unidade da Federação que tem o pior balanço hídrico. Nós temos um déficit hídrico crônico. Mesmo quando chove dentro da pluviosidade histórica média, nós ainda temos um déficit. Portanto, para termos uma



folga na conta, nós precisamos de chuva acima da média histórica. Isso gera reflexões muito profundas e muito corriqueiras na Paraíba.

Qual é a nossa percepção? Nós perdemos muito tempo com uma discussão acerca da viabilidade técnica, econômica e ambiental da transposição de águas do Rio São Francisco. Durante muito tempo muitos se posicionaram contra o projeto em função de desconhecimento e, algumas vezes, em função de uma vantagem política que pudesse ser auferida com aquilo.

O que eu quero dizer com isso é que nós temos uma oportunidade óbvia agora, que é já tratar da transposição do Tocantins. Nós estamos falando, no caso do São Francisco, da adução — que foi outorgada pela ANA — de 26 metros cúbicos por segundo. Isso significa pouco mais de 1% da vazão firme do Rio São Francisco. Para que se tenha uma ideia de quão insignificante é esse valor, o canal do sertão em Alagoas vai aduzir 32 metros cúbicos por segundo. O canal que está sendo discutido, a derivação sul para a Bahia, pretende derivar 30 metros cúbicos por segundo. E para o Nordeste setentrional como um todo foi outorgada pela ANA a derivação de 26 metros cúbicos por segundo, muito embora os canais estejam dimensionados para 126 metros cúbicos por segundo. Com os 26 metros cúbicos por segundo nós já provocamos a dessedentação humana e animal. No caso da humana, estamos falando de 12 milhões de habitantes no Nordeste setentrional — Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Para que nós não percamos a quantidade de tempo que perdemos com o debate infrutífero — repito — da transposição do Rio São Francisco, podemos e devemos iniciar desde agora o debate sobre a transposição do Rio Tocantins, que tem uma vazão firme de 10 mil metros cúbicos por segundo, cinco vezes maior do que a do São Francisco e que será a grande resposta para o futuro, para daqui a 20, 30, 40 ou 50 anos, para assegurar o balanço hídrico da Região Nordeste como um todo.

Acho que esse é um tópico que podemos iniciar e com o qual podemos sair na frente, porque se provou que não há nenhum risco do ponto de vista ambiental e econômico para a incolumidade do Rio São Francisco com essas pequenas aduções, muito menos ainda para o Tocantins. Essa é uma discussão que este fórum pode iniciar.



Do ponto de vista das dívidas dos agricultores, quero retomar uma proposta que foi feita pelo Deputado Betinho Rosado na Comissão Geral que eu achei seminal, inovadora. O que propõe o Deputado do Rio Grande do Norte? Que nós façamos a remissão de parte da dívida dos agricultores com investimentos em obras de infraestrutura hídrica.

Então, no art. 2º da proposta de projeto de lei, que fala dos valores superiores a 100 mil reais, haveria uma remissão para os valores contratados até 100 mil reais e uma negociação vantajosa para aqueles que ultrapassassem esse patamar. O que o Deputado Betinho é que se troque, permuta essa dívida por investimento em infraestrutura hídrica.

Então, um agricultor de médio porte do Nordeste que deve 150 mil reais tem a remissão dos 100 mil por intermédio do projeto de lei. Os outros 50 mil ele pode trocar, por exemplo, pela construção de uma pequena barragem ou pela perfuração de poços na sua comunidade. Pode trocar parte da dívida pela estruturação hídrica da região.

Acho que é um jogo em que todos ganham. O Governo ganha porque a sociedade vai promover a estruturação hídrica que ele deveria fazer, e o agricultor ganha também porque, em vez de pagar juros escorchantes, vai estruturar a produção que vai redundar, posteriormente, em emprego e renda na região.

Por fim, quero propor que, além desses cinco eixos que foram muito apropriadamente elencados no trabalho dos consultores, haja uma sexta vertente de discussão, que é a da sobreposição de instituições na Região Nordeste.

Nós temos hoje estruturados para promover e fomentar o desenvolvimento da nossa região a CODEVASF, a SUDENE, o DNOCS, o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), na Paraíba, e o Banco do Nordeste, que merece uma discussão bem aprofundada, porque não cumpre seu papel social. O Banco do Nordeste tem atuado como um banco de varejo comum e recebe dinheiro a custo zero, que é dinheiro do Tesouro. Então, essa discussão precisa ser feita também.

Nós temos uma sobreposição de instituições que foram desenhadas ao longo da nossa história republicana para fomentar a atividade econômica no Nordeste, para promover a melhoria da convivência do homem com o fenômeno da seca, e não se sabe bem quais são os limites de cada uma dessas instituições.



Eu acho que também poderia ser um trabalho desta Comissão delimitar claramente o que faz cada uma dessas instituições para que nós, nordestinos, possamos cobrar com mais eficácia.

O INSA, que é um caso sobre o qual eu me debruço, foi criado no Governo Fernando Henrique. É sediado em Campina Grande, na Paraíba. Eu confesso a V.Exa. que sou da Paraíba, passo ao largo, porque ele fica próximo a Campina Grande, a cerca de 3 quilômetros da BR-230, mas não conheço um trabalho de maior profundidade feito pelo INSA em benefício da sociedade da nossa região. Não é uma questão ideológica. Foi criada pelo Governo Fernando Henrique, mas também no Governo Lula, que contribuiu muito para o processo de desenvolvimento do Nordeste — sou um defensor ardoroso desse período —, também não ofereceu nenhuma resposta mais significativa.

É esta a consideração que faço, sugerindo que nós criemos um sexto eixo de discussão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Sr. Presidente, só quero agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Gostaria de passar a palavra, com muita satisfação, ao Deputado Félix Mendonça Júnior, cujo pai tive o prazer de rever hoje. Ele brilhou aqui, quando era o Centro de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Ele ficou muito contente de reencontrá-lo. Colaborou com o segundo caderno, não foi?

Queria agradecer por este debate tão importante. Não devemos deixar de fora o Banco do Brasil, que hoje é o maior financiador da agricultura. O Banco do Brasil tem de estar dentro desse estudo.

Sr. Presidente, queria aproveitar e lembrar a lavoura que existe na Bahia, que tem sido prejudicada ao longo dos tempos, que sofreu muito com a seca e que continua sofrendo. Assim como o Deputado Jairo Ataíde falou da região vizinha à nossa, existe a região do cacau, que outrora trouxe grandes dividendos ao Brasil e à Bahia, especialmente, mas que agora sofre muito.



Para que tenham ideia, a cidade de Itabuna, que é o berço do cacau, é hoje uma das mais violentas do Brasil. Por quê? Por causa da decadência. Este ano não houve entressafra. A produção do cacau se dá em duas etapas, safra e entressafra. Este ano, devido à seca, não aconteceu a entressafra.

Então, poderíamos incluir a lavoura do cacau na Bahia, especialmente, porque a outra parte fica bem mais distante, no Pará e no Espírito Santo. Devemos incluir a lavoura do cacau neste estudo de renegociação das dívidas também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Para concluir, gostaria de dizer que os Parlamentares estão pedindo para enviarmos a proposta feita pela consultoria.

Sugiro que, ao encerrarmos, façamos com que se incorpore todas as sugestões apresentadas aqui para se fazer o documento final. Quero convidar todos a entregar esse documento nas mãos do Presidente da Câmara, a fim de cumprir o que ele pediu. Continuo dizendo que acho que vai sair o melhor documento que já houve sobre a seca. Eu gostaria que fosse um documento resumido, em uma linguagem acessível, para que todos entendessem, inclusive o homem do campo.

Gostaria de fazer também através de emendas à Medida Provisória nº 610, aquelas emendas sugeridas, e algum projeto que seja necessário.

Gostaria de dizer, Deputado Félix Mendonça Júnior, que é também Relator sobre o aproveitamento dos recursos hídricos, que está havendo um problema muito sério, porque o Sistema Aquífero Guarani, integrado com o Serra Geral, está sendo ameaçado pela pesquisa do gás de xisto na Bacia do Paraná. Caso aconteça algum problema, nós vamos perder o maior aquífero, o único do Nordeste.

Eu perfurei um poço em Inajá, na região mais seca de Pernambuco, com mil metros de profundidade, há 20 anos, e ele continua jorrando com água morna. Perfurei um poço em Bodocó, pelo DNPM — todos dois pelo DNPM —, com mil metros de profundidade. Esse poço produz 240 mil litros de água, que está abastecendo uma vasta região.

Gostaria de dizer que esses poços profundos são muito importantes. O problema do Nordeste é a água. O Deputado Jairo Ataíde foi muito feliz quando disse que o problema da seca é a água. Mas nós precisamos complementar com



outras ações, porque só a água não resolve; pode haver a quantidade de água que tiver, mas só isso não vai resolver.

Na experiência de Sergipe, todas as cidades, inclusive a Capital, Aracaju, são abastecidas por água do São Francisco através de adutoras. O grande problema de adutoras... Aproveitando recursos hídricos da região, como o São Francisco, através de adutoras fechadas... Apenas divirjo um pouco dessa transposição de bacias do São Francisco que está sendo feita porque é um canal aberto e a evaporação é muito grande. Em segundo lugar, pela insolação; quando termina um trecho, após 6 meses o outro já está estragado. Então, é melhor fazer em tubos fechados, para que possa haver o aproveitamento completo da água.

Eu gostaria de encerrar agradecendo ao Dr. Luiz Henrique Cascelli, à Dra. Sueli Ganem e ao Dr. Gustavo Corrêa pelas apresentações. Ofereço o meu trabalho para a fusão, para que possamos fazer a diferenciação entre a assistência ao homem que está sendo vitimado pelos 2 anos de seca e àquele que vai conviver, a partir daí — nem se pode falar mais em seca —, com longas estiagens e períodos de grandes dificuldades por falta de recursos hídricos.

Essa palavra não vai existir mais, porque nós devemos perfurar poços profundos, onde for necessário, e construir barragens, açudes, poços amazonas e poços artesianos, porque existe local no Nordeste — aliás, a maior parte — em que só se pode perfurar até 60 metros e a água é salobra. É preciso colocar dessalinizador, para que aproveitemos a água. São condições diferentes em várias regiões; são condições diferentes na mesma região.

Quando o Deputado Jairo disse que lá perderam 40%...

O SR. DEPUTADO JAIRO ATAÍDE - Perdemos 70% do rebanho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Em Pernambuco nós perdemos muito mais. Nós tínhamos 2 milhões e 500 mil cabeças de gado, mas hoje temos apenas 700 mil. Umas 300 mil devem ter ido para o Maranhão ou para o Pará. O resto foi todo dizimado.

Nós precisamos, cada vez mais, adotar medidas concretas para convivência do homem com a seca. Eu proporia que fizéssemos um estudo inicial desse trabalho, para que pudéssemos vencer essas dificuldades, incluindo a sugestão do Deputado Betinho Rosado no sentido de transformar uma parte da dívida em



investimento na propriedade e também a do Deputado José Linhares quanto ao problema dos advogados, para retirar todas as ações judiciais, facilitando uma renegociação em melhores condições.

Muito obrigado a todos. Que Deus nos ajude.